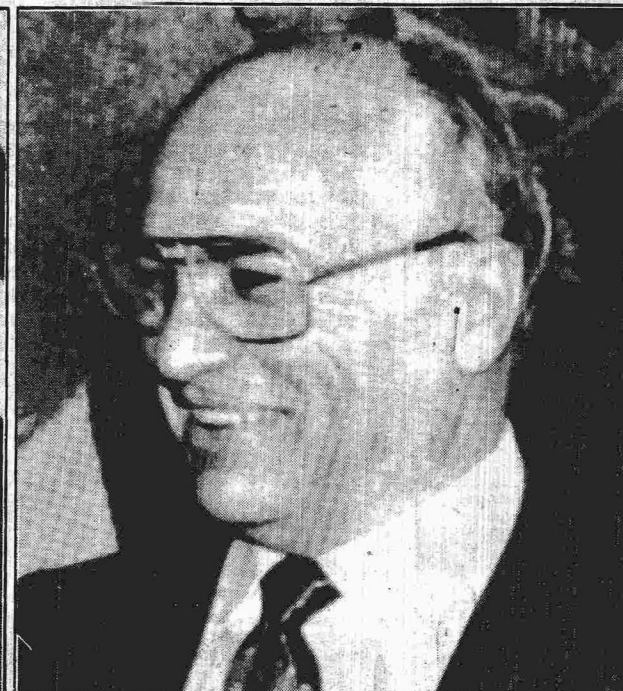


ECONOMIA — Brasil assume: é protecionista sim.

E o governo explica: não pode importar mais dos EUA porque gasta demais com juros da dívida.



Funaro: culpa dos juros altos.



Yeutter: Brasil é tão protecionista quanto o Japão.

O ministro da Fazenda, Dilsen Funaro, admitiu ontem que o Brasil é o país mais protecionista do Ocidente. Já o Ministério das Relações Exteriores, sob a alegação de que não comenta documentos que não lhe foram enviados oficialmente, não quis avaliar o relatório do secretário especial de Comércio da Casa Branca, Clayton Yeutter, no qual o Brasil é comparado ao Japão em termos de adoção de barreiras tarifárias e não-tarifárias para as importações e qualificado como o país mais protecionista do mundo capitalista.

Funaro explicou: "Isso só aconteceu nos últimos anos por causa das altas taxas de juros, que levou o País a deixar de importar".

Os juros altos elevaram as remessas de recursos ao Exterior a título de serviço da dívida externa. E a única saída para o Brasil obter recursos para honrar esses compromissos, explicou Funaro, foi restringir as importações e incentivar as exportações. "Mas, antes disso, o Brasil sempre importou muito", disse.

O ministro também justificou o protecionismo pela necessidade de o País estruturar seu desenvolvimento com base numa

tecnologia própria. Nos últimos dez anos, segundo Funaro, o Brasil teve de aumentar o protecionismo para desenvolver sua tecnologia. Além disso, afirmou, a industrialização brasileira teve início depois da de outros países.

PIB e importações

Pelo menos uma crítica do relatório preparado pela Casa Branca sobre barreiras comerciais envolvendo o Brasil tem a concordância de autoridades da área econômica: a baixa relação entre o PIB (Produto Interno Bruto) e as importações, que é de 6% com o petróleo e de 3% sem, conforme afirma o documento norte-americano.

Esses técnicos defendem uma mudança a curto prazo nessa relação, argumentando que com tão baixo coeficiente de importações é impossível manter um crescimento sustentado do produto a taxas anuais em torno de 7% conforme deseja o governo. No Ministério da Fazenda chega-se a defender uma maior abertura da economia para a área internacional, inclusive com redução ou eliminação de eventuais restrições de capital externo.

Todavia, embora reconhecendo procedência na crítica contida no relatório norte-

americano, as autoridades da área econômica garantem que há fatores que limitam uma ampliação das importações, sem cuja eliminação não será possível um retorno a uma relação adequada com o PIB. A principal limitação é a necessidade de uma transferência líquida de recursos para o Exterior à base de US\$ 10 bilhões anuais, o que pressupõe a obrigatoriedade da geração de crescentes superávits comerciais.

Há estudos em elaboração nos Ministérios do Planejamento e da Fazenda sugerindo uma maior abertura externa para a economia, a partir da definição dos parâmetros da renegociação da dívida externa. De acordo com esses estudos, qualquer redução na transferência líquida de recursos para o Exterior deverá ser utilizada na ampliação das importações.

Equivoco e indignação

Fontes credenciadas do governo afirmaram que a comparação Brasil-Japão por Yeutter "é um equivoco", que chegou a provocar certa indignação.

Segundo a fonte, os dois países "não são comparáveis". O superávit comercial do Japão com os EUA é de US\$ 50 bilhões, enquanto o Brasil conseguiu, no ano passado,

um superávit global de US\$ 12 bilhões. Além disso, lembra a fonte, o Brasil tem uma dívida externa de US\$ 100 bilhões, pagando juros anuais entre US\$ 10 e 12 bilhões. Mesmo reconhecendo as barreiras comerciais brasileiras, a fonte justificou-as, lembrando as dificuldades do País com seu balanço de pagamentos e frisou que as barreiras praticadas pelo Brasil não são comparáveis às efetivadas pelo Japão.

Se o Brasil divulgasse uma análise semelhante à de Yeutter, teria muito o que relatar em termos de protecionismo. A fonte enumera apenas algumas medidas impostas pelos EUA e que prejudicam o comércio brasileiro, como as sobretaxas da laranja e do etanol, as cotas estabelecidas para o aço e têxteis, além dos altos subsídios agrícolas do governo norte-americano — entre US\$ 20 e 30 milhões, que reduzem os preços de produtos como a soja e açúcar no mercado internacional, prejudicando a receita brasileira.

Informática e matemática

O novo embaixador brasileiro nos Estados Unidos, Marcílio Marques Moreira, embarca para Washington domingo, com um pacote extra em sua bagagem, fornecido pe-

lo ministro da Ciência e Tecnologia, Renato Archer. Trata-se da Lei de Informática em duas versões: uma em português e outra em inglês. Além do pequeno pacote que levava debaixo do braço, o diplomata se limitou a dizer, à saída da audiência, que tinha feito um "apanhado final" com o titular do MCT sobre a questão da informática, embora se negasse a tecer qualquer comentário sobre a próxima reunião entre Brasil e Estados Unidos a ser realizada em Bruxelas entre os dias 13 e 14 de dezembro.

O embaixador Marques Moreira não explicitou as orientações que lhe foram passadas pelo presidente José Sarney, limitando-se a dizer que o governo brasileiro continuará a adotar a linha já definida. Ele reafirmou que o contencioso da informática entre Brasil e Estados Unidos está totalmente desvinculado da questão da dívida externa. E assim classificou a informação de que o Brasil é um dos países mais fechados do mundo ao comércio externo: "Relações matemáticas".

"A negociação da informática obedece a um canal próprio, que são as consultas entre os dois governos", disse o embaixador, evitando fazer maiores comentários.